

## A pesquisa em Atenção Primária à Saúde no Brasil: por onde começar?

Apesar da enorme polissemia do termo Atenção Primária à Saúde, gostaria de propor ao leitor a perspectiva de analisá-lo enquanto um campo de produção do conhecimento. Quanto a esse tema, a CAPES definiu o que vem a ser Grande Área, Área, Subárea e Especialidade. Parece evidente afirmar que a maioria de nossa produção pode estar classificada na grande área ciências da saúde, ainda que possa haver intersecção com outras grandes áreas. Ao analisarmos as Áreas, Subáreas e Especialidades inscritas nas Ciências da Saúde pela CAPES, notamos uma grande lacuna: não há, na lista, nada que nos identifique. Por exemplo, na área Medicina, não há referência à “Medicina de Família e Comunidade”. Nas áreas de Enfermagem ou Odontologia, não há qualquer referência à especialidade relacionada à Saúde da Família. Na área Saúde Coletiva, tampouco há menção a qualquer termo que defina esse campo ou se aproxime dele. Essa questão pode parecer menor, mas não é. Na verdade, a falta de um status de área ou especialidade científica prejudica enormemente a conquista de espaços-recursos para o nosso campo na comunidade científica. É espantoso que haja essa situação. Senão vejamos: passemos a analisar a APS sob a ótica da produção científica. A título de exemplo: ao digitarmos o descritor Primary Health Care no site de busca do “Periódicos Capes” são gerados 862.916 artigos científicos indexados. O descritor Family Medicine gera 755.926 artigos. Os termos, em português, Atenção Primária e Saúde da Família, que refletem a produção brasileira, geram, respectivamente, 1.036 e 4.231 trabalhos científicos publicados e indexados.

Uma vez colocada, aqui, a ausência nas instâncias científicas oficiais, mas, por outro lado, nossa grandeza existencial, resta uma última reflexão: por onde começar?

Como pareceristas de publicações ligadas à área de APS, somos acionados regularmente quando o tema é Saúde da Família, APS ou Medicina de Família e Comunidade. Podemos afirmar que a diversidade é imensa, não só quanto aos objetos, mas também quanto às metodologias e resultados. Seria impossível, nesse momento, traçar um perfil da produção nesse campo.

Portanto lançamos um desafio aos que já produzem nessa área. Precisamos nos organizar e propor incentivos para o levantamento dessa produção e uma proposta de classificação por dimensões, sub-dimensões, abordagens metodológicas etc. Só então poderemos buscar uma agenda para dar conta do desafio que está colocado: a criação e consolidação de grupos de pesquisa em APS no país.

É importante citar aqui a recém-criada Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde que tem o objetivo de proporcionar a comunicação e articulação entre pesquisadores, profissionais, usuários e gestores da APS. Busca também promover a melhoria da utilização dos resultados em pesquisa para qualificar a gestão e potencializar o conhecimento. O portal [www.rededepesquisaaps.org.br](http://www.rededepesquisaaps.org.br) é o cadastro de pesquisadores e pesquisas em APS no qual se oportuniza a divulgação de trabalhos e o debate entre os integrantes da comunidade por meio de informes, fóruns, entrevistas, notícias, eventos, entre outros. A Rede é financiada pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Atenção Básica, e desenvolvida pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), com o apoio das seguintes entidades: Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) e Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn).

Recentemente, as professoras da UFBA Rosana Aquino e Maria Guadalupe Medina veicularam nessa Rede o resultado de discussões na rede que definiram algumas prioridades para a pesquisa em APS. Tomo a liberdade de transcrevê-las abaixo:

- Organização da rede de atenção, investigando as interfaces entre serviços e níveis de atenção, integração da rede assistencial, requisitos para que a equipe de saúde da família/APS possa exercer a coordenação dos cuidados e a APS seja efetivamente a ordenadora da rede;
- Formação dos profissionais e qualificação dos processos de trabalho para consolidação da APS;
- Intersetorialidade, abordando as interfaces e cooperação da APS com outras políticas públicas desde o nível federal até o território local para incidir sobre determinantes sociais e promover a saúde;
- Avaliação de efetividade da APS no estado de saúde da população, destacando-se a promoção da saúde, prevenção de fatores de risco e o controle das doenças crônicas;
- Avaliação de custo-efetividade da APS e do gasto público em saúde;
- Pesquisa clínica sobre problemas de saúde em contextos de APS, superando o paradigma da pesquisa clínica baseada na produção de evidências geradas por especialistas em cenários de atenção especializada e em hospitais.

Por último, é importante frisar que o esforço por criar e manter revistas científicas no país, como a revista APS, com o seu pioneirismo e excelência, pode também ser uma importante contribuição para a pesquisa em APS no país.

*Carlos Eduardo Aguilera Campos*  
Prof. Adj FM-UFRJ - Editor Associado da Revista de APS